



AVISO n.º POCH-67-2023-03
Convite para apresentação de candidaturas

Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar

Programa Operacional Capital Humano		
Eixo Prioritário	4	Qualidade e inovação no sistema de educação e formação
Prioridade de Investimento	10.i	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e formação.
Objetivo Específico	2.4.1	Investir nas condições conducentes à melhoria da qualidade, da eficácia e da eficiência do sistema de educação e de formação
Fundo Estrutural	Fundo Social Europeu	
Indicador de Realização	Taxa de realização das atividades planeadas na operação	
Indicadores de Resultado	Percentagem de Unidades Orgânicas (AE/ENA) públicas que aderem às dinâmicas previstas no plano de acompanhamento	
Tipologia de Intervenção	67	Qualidade dos sistemas de ensino de nível não-superior
Tipologia de Operação	4.1	Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar
Período de Candidatura	Data de abertura	Dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso
	Data de termo	30 dias seguidos após a data de abertura (incluindo esse dia), até às 18H00

Programa Operacional Capital Humano
Av. João Crisóstomo, nº 11, 1000-177 LISBOA | Portugal
Tel.: +351 215 976 790
@: poch@poch.portugal2020.pt
W: <http://www.poch.portugal2020.pt>

T046.02



Cofinanciado por:



União Europeia
Fundo Social Europeu

Índice

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR	2
2. TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO E AÇÕES ELEGÍVEIS	2
3. BENEFICIÁRIOS	3
4. DESTINATÁRIOS	3
5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO	3
6. LIMITE AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR	4
7. ÂMBITO GEOGRÁFICO	4
8. FORMA DE APOIO	4
9. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DO BENEFICIÁRIO, DAS OPERAÇÕES E DAS DESPESAS A COFINANCIAR	5
10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR	6
11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS	6
12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS	7
13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS	7
14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL	8
15. REGIME DE FINANCIAMENTO E PEDIDOS DE ALTERAÇÃO À DECISÃO	9
16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR	11
17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO	13
18. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES	13
19. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	13
20. PONTO DE CONTACTO	14
21. OUTRAS DISPOSIÇÕES	14
ANEXO I- Deliberação CIC para autorização de abertura do aviso por convite	15
ANEXO II- Critérios de seleção	17
ANEXO III - Grelha de Análise dos Critérios de Seleção	19
ANEXO IV - Prazos e procedimentos de análise e decisão de Candidatura	21

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O presente aviso para apresentação de candidaturas (AAC) visa estabelecer as condições de atribuição dos apoios a conceder no âmbito dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), através do Fundo Social Europeu (FSE), nos termos previstos nos n.ºs 1 e 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2018 de 6 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março, conjugados com o artigo 5.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, que publica o Regulamento Específico do Capital Humano (adiante designado de RECH), alterada pelas Portarias n.º 181-A/2015, de 19 de junho, n.º 190-A/2015, de 26 de junho, n.º 148/2016, de 23 de maio, n.º 311/2016, de 12 de dezembro, n.º 2/2018, de 2 de janeiro, n.º 159/2019, de 23 de maio, que a republica, n.º 140/2020, de 15 de junho, n.º 130/2021, de 25 de junho, n.º 279/2021, de 2 de dezembro e nº 266/2022, de 2 de novembro.

As operações a apoiar enquadram-se no Eixo Prioritário 4 – Qualidade e inovação no sistema de educação e formação - do PO CH e especificamente na tipologia de operação 4.1 - Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar.

O objetivo da abertura deste Convite passa por apoiar o desenvolvimento de projetos de reforço das capacidades das escolas, dotando-as de instrumentos pedagógicos que lhes permitam melhorar as práticas docentes e a qualidade das aprendizagens, bem como desenvolver ações específicas dirigidas à promoção da qualidade, da eficiência e da eficácia do sistema, contribuindo para melhorar o sucesso escolar. Tais objetivos encontram-se alinhados com os objetivos específicos no RECH, na sua atual redação, nomeadamente os de *promover a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das escolas; melhorar o sucesso e a qualidade dos resultados da aprendizagem, bem como das ofertas que compõem o sistema de educação e formação; e de desenvolver ações inovadoras e específicas, dirigidas à promoção da inclusão, da equidade, da eficiência e da eficácia do sistema de educação e formação.*

2. TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO E AÇÕES ELEGÍVEIS

O presente aviso diz respeito à Tipologia de Operação 4.1 prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 30.º do RECH, denominada “Intervenções específicas na área da qualidade, inovação e criatividade educativa e formativa” e enquadra-se na Prioridade de Investimento 10.i, constante do Programa Operacional Capital Humano, aprovado pela Comissão Europeia, através da Decisão C (2014) 9788, de 12 de dezembro de 2014, na atual redação.

3. BENEFICIÁRIOS

O presente convite para a apresentação de candidaturas, devidamente autorizado pela Deliberação CECH 1/2023, de 03 de janeiro (em anexo), é destinado exclusivamente aos serviços e organismos do Ministério da Educação que tem a missão de acompanhar, monitorizar e avaliar a aplicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 70/2021, bem como do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, alterado pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, incluindo escolas profissionais públicas e privadas, nos termos previstos no Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, com particular enfoque na implementação e desenvolvimento da autonomia e flexibilidade curricular. Nesse enquadramento, a candidatura apresentada tem de ser promovida em parceria entre esses organismos.

O referido despacho define os serviços e organismos do Ministério da Educação responsáveis pelas medidas de acompanhamento e monitorização deste processo, no sentido de promover e apoiar as novas práticas organizativas e pedagógicas, permitindo conhecer e intervir nos contextos e nos processos de forma a contribuir para a sua melhoria. Este acompanhamento apoiou-se em equipas que congregam competências adstritas aos diversos serviços e organismos do Ministério da Educação, integrando elementos da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP), da Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE), da Direção-Geral da Educação (DGE) e da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), que constituem, para estes efeitos membros da parceria beneficiária deste convite, parceria coordenada pela Direção-Geral da Educação.

4. DESTINATÁRIOS

São destinatários finais do presente Aviso os alunos do ensino básico e secundário e respetivas famílias e agentes do sistema educativo, embora, nos termos previstos no [Guidance Document - Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy - European Social Fund](#), em particular do seu anexo D, sejam apenas considerados destinatários indiretos, uma vez que o apoio é concedido a entidades terceiras, as quais realizarão um conjunto de intervenções que beneficiarão indiretamente os destinatários (e.g. melhoria de métodos pedagógicos que por sua vez vão contribuir para a redução do abandono escolar).

5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO

5.1. Dotação indicativa

A dotação máxima de Fundo Social Europeu (FSE), a alocar ao presente aviso é de **1.200.000 €** (um milhão e duzentos mil euros).

5.2. Taxa de cofinanciamento

A taxa de cofinanciamento é de 85% de contribuição europeia mobilizada através do FSE, sendo os restantes 15% assegurados a título de Contribuição Pública Nacional (CPN) ao abrigo do artigo 3.º do RECH. A CPN será suportada pela entidade beneficiária, por se tratar de um serviço da administração central, tendo em conta o artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 34/2018 e n.º 127/2019 e pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho.

No caso das operações em parceria, a CPN pode ser assegurada conjuntamente por todos os parceiros, em função dos respetivos orçamentos e atividades previstos no projeto de parceria, desde que observadas as seguintes condições:

- fique assegurado que cabe à entidade coordenadora da parceria assumir junto da autoridade de gestão o cumprimento decorrente do sistema de financiamento aplicável, em função do seu estatuto próprio;
- adoção de um único regime de cofinanciamento da operação.

Neste sentido, para operações em parceria, que observam o regime estabelecido no artigo 7.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, n.º 122/2016, n.º 129/2017, n.º 19/2018, n.º 175/2018, n.º 382/2019, n.º 127/2020, n.º 255/2020, n.º 43/2021 a mobilização da fonte de financiamento a título de CPN – “Orçamento de Estado” ou “Outra” - é determinada pela natureza jurídica da entidade coordenadora - pública ou privada.

6. LIMITE AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR

A parceria deverá apresentar uma candidatura multiregional.

7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

São elegíveis as operações desenvolvidas nas regiões menos desenvolvidas (Norte, Centro e Alentejo).

8. FORMA DE APOIO

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável, através das modalidades de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, tendo presente o enquadramento determinado pelo n.º 2 do artigo 32.º do RECH. Os montantes elegíveis aos apoios a conceder no âmbito deste AAC obedecem aos limites e regras de elegibilidade definidos na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, observando ainda o aprofundamento das suas normas consagrado nos termos do n.º 9 do artigo 33.º do RECH.

9. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DO BENEFICIÁRIO, DAS OPERAÇÕES E DAS DESPESAS A COFINANCIAR

9.1 Elegibilidade do beneficiário

Os beneficiários devem assegurar o cumprimento dos critérios de elegibilidade e não estarem abrangidos pelos impedimentos estabelecidos, respetivamente, nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação e ainda declarar a não existência de salários em atraso, conforme a alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

9.2 Elegibilidade das operações

São elegíveis as seguintes ações, nos termos do previsto nas alíneas que se seguem do n.º 8 do artigo 30.º do RECH, na sua atual redação:

- a. Produção de documentos e conteúdos de orientação e de suporte da Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), visando a produção de materiais de apoio destinados às direções executivas das escolas, estruturas de liderança intermédia, professores e outros técnicos, procurando promover mudanças organizacionais e pedagógicas sustentadas na evidência científica e a partilha de práticas, bem como a sua comunicação e disseminação, no âmbito das alíneas a), b), c) e i) do n.º 8 do artigo 30.º do RECH;
- b. Acompanhamento, monitorização e avaliação da AFC, permitindo às equipas efetivar o acompanhamento de proximidade e um maior conhecimento do desenvolvimento e da apropriação destes processos em cada escola, proporcionando momentos de partilha, esclarecimento de dúvidas, reflexão em torno dos pontos fortes e fracos dos projetos e a procura de soluções para ultrapassar constrangimentos, culminado na avaliação destes processos, no âmbito das alíneas f) e i) do n.º 8 do artigo 30.º do RECH;
- c. Desenvolvimento de projetos e atividades específicas de capacitação dos agentes educativos, no âmbito das alíneas a) e b) do n.º 8 do artigo 30.º do RECH.

9.3 Despesas elegíveis

As despesas a imputar às operações deverão seguir as regras e valores previstos nos artigos 12.º a 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, conjugadas com o n.º 9 do artigo 33.º da Portaria n.º 60-C/2015, ambas na sua atual redação, sendo elegíveis o seguinte tipo de despesas:

- a) Encargos com pessoal afeto à operação;
- b) Encargos com a aquisição de serviços especializados, incluindo serviços de assessoria, acompanhamento e monitorização das ações;
- c) Encargos com a produção de conteúdos técnicos especializados;

- d) Encargos com a produção de referenciais de formação;
- e) Encargos com a produção de ferramentas e conteúdos digitais;
- f) Encargos com a realização de encontros, seminários e *workshops*;
- g) Encargos com a realização de estudos e diagnósticos;
- h) Encargos com a realização de visitas de estudo e deslocações;
- i) Encargos com a produção de materiais informativos e de divulgação.

No âmbito do presente Aviso não são elegíveis despesas de encargos gerais (e.g. água, luz, gás, consumíveis, etc.).

Os valores relativos a eventuais receitas, serão deduzidas ao subsídio concedido, nos termos conjugados das alíneas f) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e j) do artigo 2.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

O valor dos apoios concedidos pode ser objeto de redução quando em sede de acompanhamento ou auditoria forem detetadas irregularidades que coloquem em causa o cumprimento integral da legislação nacional, nos termos previstos no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos do n.º 5 do artigo 10.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, o período de elegibilidade das despesas está compreendido entre os 120 dias úteis anteriores à data de abertura do presente Aviso, em virtude da necessidade de abranger pelos presentes apoios as atividades desenvolvidas no ano letivo 2022-2023, e os 45 dias úteis subsequentes à data de conclusão da operação que constituem a data limite para a apresentação do saldo final, em conformidade com a alínea d) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso têm de ser concluídas até **30 de novembro de 2023**.

11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre entre o **primeiro dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso e as 18H00 do trigésimo dia seguido** após a data de abertura, sendo que caso esse prazo termine num dia não útil, considera-se o dia útil seguinte.

12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado por Balcão 2020, devendo ser instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, na Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação e nos termos definidos no presente aviso.

As candidaturas são apresentadas pelas entidades beneficiárias, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, em conjugação com as condições definidas no artigo 7.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

As entidades beneficiárias devem efetuar previamente a sua credenciação junto do Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada ao beneficiário, que inclui um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada pode já constar um conjunto de dados relativo à caracterização da entidade beneficiária, que devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas a apresentar ao Portugal 2020.

Recomenda-se que os beneficiários evitem a submissão tardia das candidaturas, nomeadamente no último ou nos últimos dias do prazo.

13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS

Não havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto. O **mérito das operações** é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de base percentual de 0 a 100, que deve igualmente ser traduzível numa escala qualitativa de forma a sintetizar o mérito da operação nas suas diferentes componentes, a saber:

- Inexistente ou negativo (<50%);
- Médio (>= 50% a <70%);
- Bom (>= 70% a <90%);
- Elevado (>= 90%).

Neste âmbito, determina-se que os projetos que reúnam a classificação final inferior a 50% não serão objeto de financiamento.

O **processo de decisão** das candidaturas integra três fases:

- i) **Análise de admissibilidade** através da verificação das condições de elegibilidade do beneficiário, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, definidos pela autoridade de gestão, em conformidade com o definido no presente Aviso;
- ii) **Avaliação do mérito** do projeto, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do POCH e consubstanciados na respetiva grelha de análise, constantes dos anexos I e II respetivamente. No caso dos (sub)critérios com ausência de histórico, a pontuação desse critério será distribuída pelos restantes;
- iii) **Decisão** sobre o financiamento dos projetos em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela autoridade de gestão do POCH no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, sem prejuízo das situações de suspensão de prazo legalmente previstas, e de acordo com os demais prazos e procedimentos definidos no fluxograma constante do anexo III.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, a candidatura prossegue com os dados disponíveis, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”:

- a) Na linha designada “documentos necessários para o apuramento do mérito da operação”, deverá a entidade fornecer, em *upload*, os elementos necessários para fundamentar a resposta aos critérios de seleção. Recomenda-se o envio de informação clara, curta e concisa, recorrendo à remissão para URL sempre que a informação seja possível de ser consultada *online*;
- b) Na linha designada “documentos referentes à memória descritiva”, deverá a entidade anexar o plano de desenvolvimento da operação que o(s) beneficiário(s) se propõe(m) implementar no âmbito da presente candidatura, preparado de acordo com o modelo disponibilizado em Anexo e no Portal do POCH;
- c) Na linha designada “documentos obrigatórios” anexar:

- O Instrumento de formalização da parceria (Acordo entre Parceiros), disponibilizado pelo POCH;
- A proposta de indicador(es) de resultado, com informação sobre o ponto de partida e meta, bem como indicação da metodologia de cálculo. Modelo disponibilizado pelo POCH.

d) Na linha designada “Outros documentos” anexar:

- Elementos de desempate de candidaturas referidos no ponto 13 do Aviso;
- Outros documentos que as entidades beneficiárias considerem úteis para a análise da candidatura;
- Lista dos contratos afetos à operação e respetivas peças dos procedimentos adotados, com discriminação das datas de realização, natureza dos bens/serviços e montantes contratualizados, atendendo ao enquadramento da entidade beneficiária enquanto entidade adjudicante, nos termos do artigo 2º do Código dos Contratos Públicos, para efeitos de validação de todos os contratos com valor superiores aos limiares comunitários (140.000€ nas aquisições de bens e serviços, se for Estado; 215.000€ nas aquisições de bens e serviços, se for alguma outra entidade adjudicante), à data da aprovação da candidatura;
- Demonstrações financeiras do ano anterior, caso a entidade declare não estar abrangida pela legislação nacional referente à contratação pública, nos termos estabelecidos no Código dos Contratos Públicos.

A documentação adicional requerida neste ponto deverá seguir, sempre que aplicável, os modelos disponíveis para o efeito na mesma secção do portal onde se encontra o AAC, com a designação “Anexo”.

15. REGIME DE FINANCIAMENTO E PEDIDOS DE ALTERAÇÃO À DECISÃO

A **aceitação da decisão de aprovação** da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos referidos no n.º 5 do artigo 7º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, nos casos de operações em parceria, compete à entidade coordenadora assegurar a transferência dos montantes atribuídos no âmbito da parceria e proceder às reposições por inteiro a que haja lugar, sem prejuízo da responsabilidade solidária a que todas as entidades parceiras estão obrigadas.

O beneficiário tem direito, para a candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano

civil, o qual é processado quando se cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizada nos termos legais;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Verificação da situação regularizada em matérias de restituição no âmbito dos financiamentos dos FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento;
- d) Comunicação do início da operação.

Os **pedidos de reembolso** são efetuados com uma periodicidade mínima trimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no sistema de informação, os dados físicos e financeiros requeridos.

Os **pedidos de alteração** à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do sistema de informação.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Numa operação em regime de parceria em que se verifique a necessidade de se proceder à substituição de entidades parceiras no decurso da operação deve haver lugar a um pedido de alteração da operação, com todos os procedimentos inerentes à cessão da posição contratual de um determinado beneficiário e à aferição do cumprimento dos requisitos de acesso e de elegibilidade do novo beneficiário. Deverá ser explicitado, em sede de aditamento ao acordo de parceria, como será assegurado o contributo do parceiro que deixa de participar na operação, uma vez que dependendo da fase de desenvolvimento das atividades, poderá haver continuidade das mesmas em função de uma redistribuição entre os restantes parceiros.

A não execução integral do financiamento aprovado para cada ano civil, pode dar lugar à revisão da decisão de aprovação, conforme previsto na alínea e) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão sobre os pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão

solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como dos resultados contratualizados.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

O montante da subvenção poderá ser ajustado, em sede de análise ou reanálise do saldo final, em função do nível de cumprimento da realização e dos resultados contratualizados em candidatura, nos termos descritivos no ponto seguinte do Aviso.

16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR

16.1. Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 34.º do RECH e do artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação devem ser contratualizados com o beneficiário, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Assim, o beneficiário tem de apresentar na sua candidatura os resultados a contratualizar com a autoridade de gestão, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

16.2. A realização e os resultados mínimos a contratualizar são os descritos no quadro seguinte:

TIPO DE INDICADOR	Indicadores	Unidade de Medida	Meta
REALIZAÇÃO	Taxa de realização das atividades planeadas na operação ²	%	(1)
RESULTADO	Percentagem de Unidades Orgânicas (AE/ENA) públicas que aderem às dinâmicas previstas no plano de acompanhamento ³	%	80%

(1) Meta a definir pelo beneficiário em sede de candidatura.

(2) $(N.^{\circ} \text{ de atividades implementadas no final da operação} / N.^{\circ} \text{ de atividades planeadas para a operação}) * 100$.

(3) $(\text{Unidades Orgânicas que aderem às dinâmicas nas regiões apoiadas} / \text{Unidades Orgânicas nas regiões apoiadas}) * 100$.

Neste contexto, será o grau de ambição para a concretização dessas metas de resultado propostas para cada operação que será tido em conta para efeitos de seleção da operação e, em caso de aprovação, como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Caso os indicadores e metas propostas para contratualização não sejam considerados relevantes ou suficientes, podem vir a ser ajustados/revistos antes da emissão da decisão de aprovação da operação.

As entidades beneficiárias deverão propor no mínimo um indicador de resultado, com a respetiva meta e metodologia de cálculo. Esses indicadores deverão traduzir o que é expectável atingir como sucesso na implementação da operação e que permite a respetiva medição, de forma objetiva e verificável, após o final do projeto. Face à variedade e abrangência de iniciativas que podem ser apoiadas no âmbito do presente concurso, admite-se a possibilidade de as entidades beneficiárias proporem os indicadores e respetivas metas de resultado que mais se ajustem ao perfil da operação candidata, os quais serão submetidos à apreciação e validação do PO CH em sede de análise técnica da candidatura.

A prossecução dos indicadores de resultado deverá ser aferida com base nas evidências apresentadas nos relatórios anuais de execução e relatório final, validados sempre que possível ou viável por entidades oficiais competentes para o efeito (e.g. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência – DGEEC).

16.3. O grau de concretização dos indicadores contratualizados será tido em consideração quer para o processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, quer para efeitos de apuramento do valor a pagar em sede de Saldo Final e encerramento da operação, designadamente:

- i) Por cada p.p. de desvio negativo face aos indicadores de realização e de resultado contratualizados, procede-se a uma redução de meio p.p. sobre a despesa total elegível, até ao limite máximo de redução de 5% face a essa despesa;
- ii) A penalização prevista no ponto anterior só se aplica quando a média simples do indicador de realização e do indicador de resultado alcançado seja inferior a 70%;
- iii) Se o nível de execução for inferior a 50% da média dos indicadores de realização e de resultado contratualizados, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pela autoridade de gestão, com adequada fundamentação.

Os resultados contratados podem ser objeto de revisão pela autoridade de gestão, mediante pedido do beneficiário quando sejam invocadas circunstâncias supervenientes, imprevisíveis à data de decisão de aprovação, incontornáveis e não imputáveis ao beneficiário e desde que a operação continue a garantir as condições de seleção do respetivo concurso.

17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do POCH.

18. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente a menção “cofinanciado por” seguida dos logótipos do POCH, do Portugal 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas disponíveis para consulta e *download* no Sítio do POCH, [aqui](#).

19. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

No Sítio do [Portugal 2020](#) ou do [POCH](#) encontram-se disponíveis:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- b) Acesso ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) Pontos de contacto para obter informação adicional;
- d) Manual de normas gráficas do POCH.



20. PONTO DE CONTACTO

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

Programa Operacional Capital Humano

Avenida João Crisóstomo, n.º 11, 1000-177-Lisboa

Telefone: 215 976 790

Correio eletrónico: poch@poch.portugal2020.pt

21. OUTRAS DISPOSIÇÕES

Ao presente Aviso aplicam-se, de forma subsidiária, o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, nas Portarias n.º 60-A/2015 e n.º 60-C/2015, ambas de 2 de março, e na sua atual redação, e nos Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e n.º 1304/2013, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.

Lisboa, 10 de fevereiro de 2023

Programa Operacional Capital Humano

O Presidente da Comissão Diretiva

Joaquim Bernardo

ANEXO I- Deliberação CIC para autorização de abertura do aviso por convite

Deliberação CECH n.º 1/2023

**Aviso por Convite para apresentação de candidaturas para a tipologia de operação
4.1 – Intervenções específicas na área da qualidade, inovação e criatividade educativa
e formativa do Programa Operacional Capital Humano (POCH)**

Nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, n.º 88/2018, de 6 de novembro, n.º 127/2019, de 29 de agosto, e n.º 10-L/2020, de 26 de março, e do n.º 3 do artigo 4.º da Portaria 60-C/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 181-A/2015, de 19 de junho, n.º 190-A/2015, de 26 de junho, n.º 148/2016, de 23 de maio, n.º 311/2016, de 12 de dezembro, n.º 2/2018, de 2 de janeiro, n.º 159/2019, de 23 de maio, que o republica, n.º 140/2020, de 15 de junho, n.º 130/2021, de 25 de junho, n.º 279/2021, de 2 de dezembro, n.º 266/2022, de 2 de novembro, estabelece que é admitida a apresentação de candidaturas por convite, em casos excecionais, devidamente justificados, de entre os beneficiários previstos para a respetiva tipologia de operação e mediante deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020 (CIC Portugal 2020) ou das suas comissões especializadas, por delegação daquela.

No âmbito do Eixo Prioritário 4 – Qualidade e inovação no sistema de educação e formação e da tipologia de operação 4.1 - Intervenções específicas na área qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar, o Programa Operacional Capital Humano (POCH) publicará, após a apreciação da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P e da Comissão Especializada do domínio temático do Capital Humano, um Aviso de abertura de Candidaturas, por Convite à Direção-Geral de Educação (DGE).

Atendendo a que os apoios do POCH visam melhorar o sucesso e a qualidade dos resultados das aprendizagens, bem como o desenvolvimento das competências e das ofertas que compõem o sistema de educação e formação, apoiando as escolas na concretização da sua autonomia e da flexibilidade curricular, através da promoção de soluções organizacionais e pedagógicas e desenvolvendo a regular monitorização das opções tomadas, no contexto do sistema de educação e formação, a Autoridade de Gestão do POCH visa lançar um aviso de aberturas de candidatura através de convite à DGE, que será desenvolvido na modalidade de parceria, tendente à concretização deste desiderato.

Este aviso de abertura de candidaturas integra vários serviços do Ministério da Educação uma vez que será desenvolvido na modalidade de parceria, ou seja, além da DGE que será a entidade coordenadora da parceria, contará também com a intervenção da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.(ANQEP), da Direção-Geral da Administração

1 | 2

Escolar (DGAE) e da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), entidades cuja missão e competências funcionais reforçam a articulação e os resultados a obter na concretização deste Aviso.

Neste enquadramento, considera-se que se justifica, a aprovação do Aviso por Convite à DGE, na modalidade de parceria, em anexo à presente deliberação, pelo alinhamento com os objetivos previstos no seu eixo prioritário 4, nomeadamente o apoio a intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação e formação de jovens com vista à promoção do sucesso escolar, que visa desenvolver intervenções ao nível da organização do currículo, das opções pedagógico-didática e das próprias dinâmicas das escolas, áreas em que se inserem também as atribuições desta Direção-Geral e dos outros organismos públicos supra referidos, uma vez que tais ações são consideradas elegíveis para financiamento do FSE, através do POC.

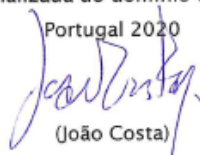
Neste enquadramento, a Comissão Especializada do domínio temático do Capital Humano, deliberou, por consulta escrita, nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, n.º 88/2018, de 6 de novembro, n.º 127/2019, de 29 de agosto, e n.º 10-L/2020, de 26 de março, e do n.º 3 do artigo 4.º da Portaria 60-C/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 181-A/2015, de 19 de junho, n.º 190-A/2015, de 26 de junho, n.º 148/2016, de 23 de maio, n.º 311/2016, de 12 de dezembro, n.º 2/2018, de 2 de janeiro e n.º 159/2019, de 23 de maio, que o republica, n.º 140/2020, de 15 de junho, n.º 130/2021, de 25 de junho, n.º 279/2021, de 2 de dezembro, n.º 266/2022, de 2 de novembro, e ainda ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º e do artigo 6.º do regulamento interno da CIC Portugal 2020, aprovado em anexo à Deliberação n.º 27/2019, de 13 de novembro, aprovar, sob proposta do Programa Operacional Capital Humano (POCH) e após a apreciação da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., o lançamento do Aviso por Convite à Direção-Geral de Educação, na modalidade de parceria, no âmbito da tipologia de operação 4.1 – Intervenções específicas na área da qualidade, inovação e criatividade educativa e formativa do Programa Operacional Capital Humano, em anexo à presente deliberação.

CIC Portugal 2020, 03 de janeiro de 2023.

O Ministro da Educação

Coordenador da Comissão Especializada do domínio temático do Capital Humano da CIC

Portugal 2020



(João Costa)

2 | 2

ANEXO II- Critérios de seleção


Eixo	4	Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
------	---	--

Prioridade de Investimento	10.i)	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação pré-escolar, ensino básico e secundário, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação	
Objetivo Específico	2.4.1	Investir nas condições conducentes à melhoria da qualidade, da eficácia e da eficiência do sistema de educação e de formação	
Indicadores de Resultado	Indicador		Meta 2023
	Docentes que concluíram formação contínua em didáticas específicas		50%
	Alunos por psicólogo ou técnico de psicologia em equivalente em tempo integral		1.140
Indicadores de Realização	Docentes apoiados nas ações acreditadas dirigidas à formação contínua em didáticas específicas		51.000
	Novos psicólogos ou técnicos de psicologia em equivalente a tempo integral		300

Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
Intervenções específicas na área da qualidade e inovação educativa e formativa Visa o desenvolvimento e a inovação de recursos didáticos, projetos, estudos e redes em várias vertentes educativas e formativa no âmbito do Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade na Educação e Formação Profissional (EQAVET)	Pessoas coletivas de direito público da administração central e local; Pessoas coletivas de direito privados com ou sem fins lucrativos.

Critérios de Seleção aplicáveis		Categoria
1.	Relevância da iniciativa proposta, carácter inovador e transferibilidade para contextos práticos de aprendizagem, em linha com as prioridades do sistema de educação e de qualificação, designadamente com a Estratégia de Especialização Inteligente e a Agenda Portugal Digital	A
2.	Qualidade técnica do projeto, tendo em conta os objetivos a atingir, as ações a desenvolver, as metodologias a utilizar e os resultados esperados	A
3.	Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional, nacional e internacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho	C
4.	Adequação dos Recursos Humanos e dos meios a mobilizar aos resultados pretendidos, em termos da previsível eficácia e eficiência na utilização dos mesmos	B
5.	Existência de mecanismos de monitorização e avaliação da eficácia, eficiência, adequação e impacto das intervenções	A
6.	Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da escola/entidade candidata	B
7.	Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado	B
8.	Capacidade, qualidade e adequação das infraestruturas, equipamentos e recursos didáticos	B
9.	Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género	E

ANEXO III - Grelha de Análise dos Critérios de Seleção



Tipologia de Operação

Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar - Parcerias

Programa Operacional
Capital Humano

Matriz de Análise Concurso

Entidade: _____

NIF: _____

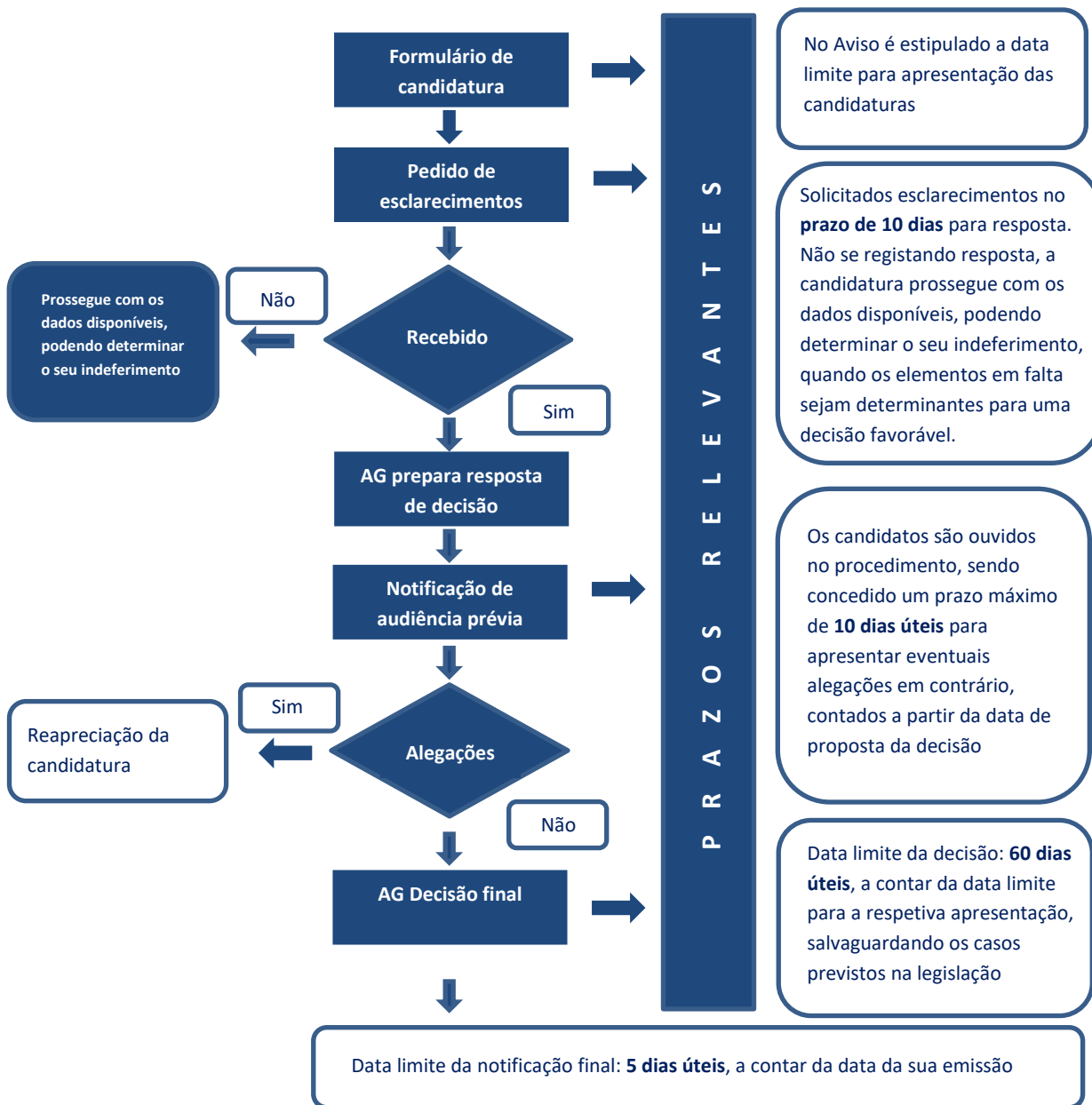
Nº	Critérios de Seleção	Pontuação
1	Relevância da iniciativa proposta, carácter inovador e transferibilidade para contextos práticos de aprendizagem, em linha com as prioridades do sistema de educação e de qualificação, designadamente com a Estratégia de Especialização Inteligente e o Plano de Transição Digital	15
	Relevância da iniciativa	
	Elevado: responde positivamente a todas as questões elencadas no quadro 1 da nota metodológica	15
	Bom: responde positivamente a 4 ou 5 questões elencadas no quadro 1 da nota metodológica	12
	Médio: responde positivamente a 2 ou 3 questões elencadas no quadro 1 da nota metodológica	8
	Baixo: responde positivamente a menos de 2 questões elencadas no quadro 1 da nota metodológica	5
2	Qualidade técnica do projeto, tendo em conta os objetivos a atingir, as ações a desenvolver, as	15
	Nível de qualidade da operação (tendo em conta os requisitos de qualidade definidos na nota metodológica)	
	Elevado: cumpre mais de três dos requisitos	15
	Bom: cumpre três dos requisitos	12
	Médio: cumpre dois requisitos	8
	Baixo: cumpre menos de dois requisitos	5
3	Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional, nacional e internacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho	10
	Qualidade da parcerias	
	Elevado: Todas as entidades parceiras apresentam historial relevante na área de implementação do projeto, bem como um contributo relevante previsto para a sua implementação	10
	Bom: Nem todas as entidades parceiras apresentam historial relevante na área de implementação do projeto, mas o contributo para a sua implementação é sempre relevante	8
	Médio: Nem todas as entidades parceiras apresentam historial relevante na área de implementação do projeto e o contributo previsto para a sua implementação não é sempre relevante	5
	Baixo: As entidades parceiras não apresentam claramente historial relevante na área de implementação do projeto, nem em regra um contributo relevante para a implementação da operação	3
4	Adequação dos Recursos Humanos e dos meios a mobilizar aos resultados pretendidos, em	10
	Adequação dos recursos humanos afetos à operação	
	Elevado: A equipa nomeada para o projeto inclui pelo menos 1 pessoa com formação e com experiência superior a 5 anos em gestão de projetos	10
	Bom: A equipa nomeada para o projeto inclui pelo menos 1 pessoa com formação e com experiência superior a 3 anos em gestão de projetos	8
	Médio: A equipa nomeada para o projeto inclui pelo menos 1 pessoa com formação e/ou experiência superior a 2 anos em gestão de projetos	5
	Baixo: A equipa nomeada para o projeto inclui pelo menos 1 pessoa com formação e/ou experiência superior a 1 anos em gestão de projetos	3

5	Existência de mecanismos de monitorização e avaliação da eficácia, eficiência, adequação e	15
	Mecanismos de monitorização e avaliação da eficácia, eficiência, adequação e impacte	
	Elevado: está previsto existirem mecanismos permanentes de monitorização e avaliação da operação	15
	Bom: está previsto existirem mecanismos regulares de monitorização e avaliação da operação	12
	Médio: está previsto existirem mecanismos pontuais de monitorização e avaliação da operação	8
	Baixo: não estão previstos mecanismos de monitorização e avaliação da operação	5
6	Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da escola/entidade candidata	10
	Grau de eficiência da entidade beneficiária, medida pela taxa de execução financeira da média das operações encerradas da entidade que foram financiadas pelo POCH	
	Elevado: >=90%	10
	Bom: >= 85% e < 90%	8
	Médio: >=80% e < 85%	5
	Baixo: < 80%	3
7	7. Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado	15
	Taxa de realização das atividades planeadas na operação	
	Elevado: >=90%	15
	Bom: >=80% e <90%	12
	Médio: >75% e <80%	8
	Baixo: <=75%	5
8	Capacidade, qualidade e adequação das infraestruturas, equipamentos e recursos didáticos	
	NOTA: considera-se que este critério não é aplicável no presente Aviso, atendendo às características das operações a financiar	
9	Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género	10
	Promoção da Igualdade entre Homens e Mulheres e da Igualdade de Oportunidades	
	Elevado: Responde positivamente a >75% das questões aplicáveis da checklist	10
	Bom: Responde positivamente a >65% e ≤ 75% das questões aplicáveis da checklist	8
	Médio: Responde positivamente a >50% e ≤65% das questões aplicáveis da checklist	5
	Baixo: Responde positivamente a menos de 50% das questões aplicáveis da checklist	3

Nota: os quadros referidos nos critérios 1 e 2 e a checklist referida no critério 9 encontram-se na Nota Metodológica, publicada em anexo ao aviso.

Total 100

ANEXO IV - Prazos e procedimentos de análise e decisão de Candidatura



Notas:

¹ Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

² Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela autoridade de gestão.

³ A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.